

OF. 046/2026

Brasília, 26 de agosto de 2026.

À Central Única dos Trabalhadores – CUT

Assunto: Aprovação de Moção de Apoio à Celepar Pública e solicitação de endosso da CUT à luta pela preservação da Soberania Digital e proteção da tecnologia pública.

Companheiras e Companheiros,

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares (FENADADOS) cumpre o dever de informar à direção da Central Única dos Trabalhadores que realizou, neste último final de semana, em Fortaleza/CE, o Encontro Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores de Processamento de Dados.

Durante o evento, que reuniu representações de todo o país, aprovamos a "MOÇÃO EM DEFESA DA CELEPAR PÚBLICA, DOS DADOS PÚBLICOS E DA SOBERANIA DIGITAL BRASILEIRA" (anexa a este documento). Trata-se de uma deliberação estratégica inserida no conjunto de lutas que a FENADADOS e seus sindicatos filiados vêm organizando de forma intransigente junto aos trabalhadores do setor para a defesa e proteção de todo o segmento de tecnologia pública do Brasil.

Salientamos que a mobilização contra a privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) possui alcance nacional: visa blindar o ecossistema público de TI, especialmente considerando que ainda não houve processos de privatização de estatais de TI em tempos de vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), lembrando que a privacidade e a proteção de dados constituem direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

Em face do avanço da pauta privatista, a CONTRACS, a FENADADOS e os sindicatos filiados têm atuado incansavelmente em diversas frentes institucionais e sociais, dentre as quais destacamos:

- Atuação junto ao Judiciário: Atuação formal como Amicus Curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7896) no Supremo Tribunal Federal (STF), visando anular o processo de desestatização e preservar a Celepar como estatal estratégica;
- Atuação junto ao Legislativo: Participação ativa em audiências públicas na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) e na Câmara Municipal de Curitiba; além da articulação do Projeto de Lei nº 6352/2025, que estabelece o caráter essencial das empresas públicas de TI para a soberania digital.
- Denúncia do assunto em programas da Quarta Sindical, promovido pela CUT-PR;
- Alerta e Denúncia às Forças de Segurança do Paraná: Envio de ofícios e interlocução direta com entidades representativas (SINDARSPEN, AMAI, ASSOFEPAR e SINDIPOL), alertando formalmente sobre os graves riscos que a privatização da Celepar (Lei Estadual nº 22.188/2024) traz para a segurança pública, com a exposição de dados sigilosos,

E-mail: fenadados@fenadados.org.br - www.fenadados.org.br

comprometimento de investigações criminais e ameaças à segurança física dos servidores e de suas famílias;

- Articulação com a Sociedade Civil: Construção de pontes com organizações de advocacy digital, movimentos sociais e setor acadêmico para ampla conscientização sobre a proteção dos dados dos cidadãos;
- Organização e Mobilização dos Trabalhadores: Apoio constante e direto à organização da base para garantir a resistência e o engajamento permanente da categoria.

Diante da gravidade desse cenário e do impacto avassalador que a entrega da infraestrutura tecnológica estatal pode gerar para a sociedade, consideramos fundamental que a CUT endosse formalmente essa luta. O apoio e a liderança da nossa Central são indispensáveis para garantir que a Soberania Digital do país seja preservada e os valores democráticos sejam efetivamente resguardados.

Certos da solidariedade de classe e do compromisso histórico da CUT com a defesa do patrimônio público, solicitamos o apoio e a integração da Central nessa mobilização nacional.

Saudações Sindicais e de Luta,

Moção em Defesa da Celepar Pública, dos Dados Públicos e da Soberania Digital Brasileira

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares (Fenadados), junto aos seus sindicatos filiados e às entidades subscritas, manifesta repúdio ao projeto de privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). Diante disso, convoca a classe trabalhadora, sindicatos, movimentos sociais e populares, a comunidade acadêmica, a sociedade civil e a população brasileira para a mobilização em defesa da empresa pública, da proteção dos dados e da soberania digital do país.

Fundada há mais de seis décadas, a Celepar opera a infraestrutura tecnológica estratégica do Paraná e integra sistemas federais e de outros estados. A empresa é responsável pelo processamento de dados estratégicos para a gestão pública, arrecadação, trânsito e prestação de serviços diretos aos cidadãos nas áreas de saúde, educação e segurança pública. A entrega da Celepar ao mercado privado representa uma ofensiva direta contra todo o ecossistema de tecnologia pública do país. Ao converter a gestão de inteligência e inteligência de dados em mercadoria, o processo abre um precedente perigoso sobre preceitos constitucionais sensíveis, como a privacidade, a proteção de dados pessoais e o dever estatal de guarda sobre a identidade do cidadão. Essa inflexão ultrapassa os limites da desestatização de uma empresa estadual: ela inaugura uma jurisprudência fragilizadora que coloca em risco estatais de TI em todo o país. A disputa em torno da Celepar traz para o centro do debate nacional o controle da infraestrutura digital, das decisões públicas e dos dados dos cidadãos brasileiros.

No cenário atual, o domínio sobre bancos de dados, sistemas, redes e infraestruturas computacionais consolidou-se como pilar da soberania nacional. Controlar essas estruturas significa deter o poder de influenciar a prestação de serviços essenciais, os rumos das decisões administrativas e a formulação de políticas públicas, além de concentrar informações de alto

E-mail: fenadados@fenadados.org.br - www.fenadados.org.br

valor estratégico. Afinal, controlar soberanamente cada camada tecnológica é o que garante o avanço digital a serviço do bem comum. A entrega desse ecossistema ao controle corporativo privado impõe riscos diretos que exigem um debate urgente de toda a sociedade, pois o que está em disputa não é somente a gestão de uma empresa pública, mas o próprio livre-arbítrio dos brasileiros e a sustentabilidade da nossa democracia.

Entre estes riscos cabe destacar:

- Perda da soberania sobre dados públicos: O uso de informações estatais fora do interesse coletivo ameaça o planejamento de políticas públicas e enfraquece o controle democrático sobre dados estratégicos.
- Dependência e aprisionamento tecnológicos: Substituir a estrutura própria por fornecedores privados ou transnacionais submete o Estado a se tornar refém de terceiros, tirando a autonomia para criar, gerenciar e manter sistemas estratégicos. A privatização de estatais de TI torna os órgãos e os entes federados reféns de sistemas proprietários, sujeitos a tarifas abusivas e sem liberdade para migrar dados ou mudar de fornecedor.
- Mercantilização de informações: A transformação de dados sobre cidadãos, empresas e territórios em mercadoria abre espaço para a exploração econômica privada de cadastros públicos.
- Vulnerabilidade dos dados da população: Transferir o controle de registros pessoais, fiscais, biométricos e de saúde para a iniciativa privada coloca em xeque a segurança, a transparência e a fiscalização sobre o uso das informações dos cidadãos.
- Exposição de dados sensíveis de crianças e adolescentes: Entregar à gestão privada os cadastros escolares, de saúde e de denúncias de violência fere as garantias de proteção integral previstas em lei para este público.
- Risco à segurança pública e às informações do Estado: A entrega de bancos de dados policiais, penitenciários e de investigação criminal expõe informações estratégicas e compromete o sigilo exigido pela legislação.
- Controle privado sobre decisões automatizadas e Inteligência Artificial: Entregar a empresa significa repassar a terceiros a gestão dos algoritmos e inteligências artificiais do governo, permitindo que corporações privadas influenciem, sem transparência, decisões automáticas sobre políticas e serviços públicos.
- Descontinuidade de serviços essenciais por falha privada: A gestão privada expõe a população à paralisação de sistemas vitais em cenários de crise financeira, recuperação judicial do comprador ou descumprimento de contratos.
- Desmonte técnico e precarização do trabalho: A privatização joga fora décadas de conhecimento acumulado na gestão pública, estimula a terceirização sem limites e desvaloriza os profissionais do setor.
- Encarecimento e desorganização dos serviços municipais: A quebra da estrutura pública estadual e a perda da capacidade de negociação em escala pode forçar prefeituras a renegociar contratos sob tarifas mais altas e condições piores, prejudicando o atendimento direto ao cidadão nos municípios.

Por essas razões, as entidades subscritas:

- Manifestam-se contra a privatização da CELEPAR e em defesa de sua manutenção como empresa pública;
- Defendem a preservação e o fortalecimento das empresas públicas de tecnologia da informação em todo o país;

E-mail: fenadados@fenadados.org.br - www.fenadados.org.br

- Reivindicam que dados estratégicos do Estado e da população permaneçam submetidos a controle público efetivo, fiscalização institucional e às garantias previstas na Constituição Federal e na legislação brasileira;
- Defendem políticas nacionais de soberania digital, infraestrutura pública de dados, segurança da informação e desenvolvimento tecnológico estatal;
- Conclamam sindicatos, federações, centrais sindicais, universidades, entidades científicas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, parlamentares e cidadãos brasileiros a se somarem a essa mobilização.

A bandeira da CELEPAR pública se traduz na defesa da capacidade do Estado brasileiro de controlar sua própria infraestrutura tecnológica. Defender a CELEPAR pública é defender a soberania, a democracia e o futuro digital do Brasil.

Fortaleza, 23 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ALBERTO VALADARES PEREIRA**
Data: 26/08/2026 17:32:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS ALBERTO VALADARES PEREIRA
Presidente

E-mail: fenadados@fenadados.org.br - www.fenadados.org.br